

EM ANÁLISE DOCUMENTOS DE APOIO

Nº20 – Março 2011- Gabinete de Investigação e Projetos

Pobreza Infantil

A Comissão Europeia apresentou a 15 de Fevereiro de 2011 um programa para os Direitos da Criança. Através da Comunicação da Comissão de 15.2.2011¹ é referido que o Tratado da União Europeia (artigo 3) exige que a União promova a proteção dos direitos da criança, que se encontram consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Já em 2006 a Comissão estabeleceu uma base para promover e proteger os direitos da criança nas suas políticas internas e externas, através da Comunicação: *Rumo a uma Estratégia da UE sobre os direitos da criança*. A Estratégia Europa 2020 apresenta uma visão para o século XXI de uma Europa em que as Crianças de hoje terão uma melhor educação, mais acesso aos serviços e recursos de que carecem para crescer.

Nesta última Comunicação de 15 de Fevereiro é dito que a perspectiva dos direitos da criança deve ser tida em conta em todas as medidas da União Europeia que produzam efeitos para as crianças. De salientar que neste documento da Comissão é referido a “*escassez de dados fiáveis, comparáveis, oficiais*” e dito que a falta de informações acerca da situação e das necessidades dos grupos de crianças mais vulneráveis deve ser colmatada de forma prioritária.

A Comissão Europeia defende que se deve apostar numa justiça adaptada às crianças – as crianças podem ver-se envolvidas no sistema judicial de várias formas, nomeadamente em situações de divórcio dos pais ou de desacordo quanto à guarda, se cometerem infracções, se forem vítimas de crimes ou se requererem asilo.

Há um ponto na comunicação dedicado à proteção de crianças vulneráveis (orientar as ações da União Europeia para a proteção de crianças vulneráveis). É referido que as crianças que crescem num ambiente de pobreza e exclusão social têm menos possibilidades de sucesso escolar e de gozar de boa saúde física e mental e maiores probabilidades de se encontrarem em conflito com o sistema judicial. É assumido que as necessidades das crianças em risco de pobreza e exclusão social serão abordadas numa recomendação da Comissão sobre a pobreza infantil, na qual se indicarão princípios comuns e se proporão instrumentos de controlo

¹ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, “Programa da União Europeia para os direitos da criança”, Bruxelas, 15.02.2011. COM (2011) 60 final.

eficaz para prevenir e combater a pobreza infantil no âmbito da **Plataforma contra a Pobreza e Exclusão Social**.

São enumeradas diferentes situações em que se verifica a violação dos seus direitos:

- Crianças deficientes
- Crianças vítimas de exploração sexual e de tráfico
- Crianças requerentes de asilo
- Crianças não acompanhadas ou separadas das famílias
- Crianças que abandonam precocemente o ensino ou formação²
- Crianças ciganas
- Crianças desaparecidas
- Crianças vulneráveis face às novas tecnologias

Nesta comunicação a Comissão compromete-se também a promover e proteger os direitos das crianças na sua **ação externa**. A UE pretende eliminar todas as formas de violência contra as crianças (cerca de 200 milhões de crianças em todo o mundo são anualmente testemunhas de violência doméstica, mais de 200 milhões de crianças são vítimas de violência sexual, mais de 50 000 crianças são vítimas de homicídio todos os anos e cerca de 2 milhões de crianças recebem tratamento hospitalar por ferimentos resultantes de violências). Nesta preocupação com a ação ao nível externo a Comissão Europeia salienta alguns dos problemas que afetam as crianças: trabalho infantil; crianças envolvidas em conflitos armados; turismo sexual que envolve crianças. De salientar também que nesta Comunicação é salientada a importância de dar a oportunidade às crianças de exprimirem as suas opiniões e de participarem na tomada de decisões que lhes disserem respeito (participação e sensibilização das crianças)

A Comissão irá contribuir para tornar os sistemas de justiça da União Europeia mais amigos das crianças e melhorar o bem-estar das Crianças através de onze ações:

- 1. Adotando em 2011, uma proposta para uma Diretiva sobre os direitos das vítimas, aumentando o nível de proteção das vítimas mais vulneráveis, incluindo as crianças;**
- 2. Apresentar, em 2012, uma proposta para uma Diretiva sobre salvaguardas especiais para suspeitos e acusados que são vulneráveis, incluindo crianças**
- 3. Rever, em 2013 a legislação da União Europeia facilitando o reconhecimento e reforço das decisões sobre responsabilidade parental em ordem a assegurar, no interesse da criança, que as decisões podem ser reconhecidas e reforçadas tão depressa quanto possível, incluindo, quando apropriado, o estabelecimento de *standards* mínimos comuns.**

² A 31.1.2001 a Comissão Europeia publicou uma Comunicação sobre: "Combater o Abandono Escolar precoce: um contributo essencial para a Estratégia Europa 2020".

4. Promover a utilização das *Guidelines* do Conselho da Europa de Novembro de 2010 sobre justiça amiga das crianças e tê-las em conta em futuros instrumentos legais no campo da justiça civil e criminal.
5. Apoiar e encorajar o desenvolvimento de atividades de formação para juízes e outros profissionais ao nível europeu procurando otimizar a participação das crianças nos sistemas judiciais.
6. Apoiar a troca de boas práticas e a melhoria da formação de autoridades públicas de guarda e outros atores que estão em contacto estreito com crianças não acompanhadas (2011-2014).
7. Prestar particular atenção às crianças no contexto europeu ao nível das Estratégias Nacionais de Integração dos Ciganos que serão adoptadas na primavera de 2011 e irá notavelmente promover uma utilização mais eficiente dos fundos estruturais na integração da População cigana.
8. Encorajar fortemente e apoiar todos os Estados membros para assegurar a rápida introdução e pleno funcionamento da linha **116 000 para crianças desaparecidas e os mecanismos de alerta para crianças** (2011-2012);
9. Apoiar os Estados membros e outros stakeholders no reforço da prevenção, empowerment e participação das crianças no sentido de tirarem o máximo partido das tecnologias on-line e no combate aos comportamentos *cyber-bullying*, exposição a conteúdos prejudiciais e outros riscos on-line, nomeadamente através do programa *Internet Segura* e cooperação ao nível de iniciativas auto-reguladoras (2009-2014);
10. Continuar a implementação das *Guidelines* da União Europeia de 2007 sobre Proteção e Promoção dos direitos da Criança que esteja focado no combate a todas as formas de violência contra Crianças. A União Europeia irá também focar-se no combate a todas as formas de violência contra Crianças. A União Europeia irá também avaliar a implementação das *Guidelines*.
A União Europeia irá implementar as *Guidelines* da União Europeia sobre as Crianças e conflitos armados baseado na Estratégia de Implementação Revista de 2010.
11. Definir, ao longo de 2011, um único ponto de entrada **na Europa** com informação para as Crianças sobre os direitos das Crianças. A Comissão irá convidar outras instituições da União Europeia para se juntar a esta iniciativa.

As propostas da Comissão não convenceram as organizações da sociedade civil como a Eurochild que, desde 2006, reclama por uma estratégia compreensiva para promover a salvaguarda dos direitos das crianças. De acordo com a Eurochild a ênfase na proteção ignora o facto que o investimento na prevenção e no *empowerment* das crianças tem benefícios de

longo prazo para a sociedade.

A Eurochild faz uma análise³ do impacto da crise sobre as crianças e os jovens na Europa e identifica um conjunto de problemas que têm consequências nas crianças e nos jovens:

- Os níveis de pobreza absoluta aumentaram;
- O desemprego atinge mais e de forma mais forte os grupos marginalizados;
- O corte nos salários aumenta os níveis de “trabalhadores pobres”;
- Os jovens têm falta de perspectivas de emprego;
- Aumenta o nº de crianças em risco ou nos sistemas públicos de cuidado;
- Aumentam os problemas de saúde mental nas crianças;
- Os poucos orçamentos das famílias afectam a dieta e a saúde das crianças;
- Aumentam as tensões familiares e a discriminação;

Face a este cenário a Eurochild faz um conjunto de recomendações:

1. Assegurar um equilíbrio entre qualidade de trabalho/família para os pais

Ter um emprego continua a ser a melhor salvaguarda contra a pobreza. No entanto, emprego precário, mal pago não conduz a que os pais sejam capazes de criar um ambiente positivo e cuidador para os seus filhos. As políticas de ativação estão no centro da corrente recuperação económica. Mas se não for dada especial atenção às responsabilidades familiares dos pais essa recuperação não terá impacto no bem-estar das crianças. O emprego deveria pagar o suficiente para livrar as famílias da pobreza. São precisos acordos flexíveis de trabalho que permitam aos pais equilibrar os seus compromissos com o trabalho e com a família. Deve ser dada maior atenção às licenças parentais, educação de qualidade e acessível, e serviços de cuidado (pré-escolar e pós-escolar).

2. Reforçar a intervenção precoce e serviços de prevenção para famílias

É fundamental que as famílias tenham o necessário apoio antes que os problemas se avolumem e o bem-estar das crianças e a sua saúde mental fiquem em risco.

3. Assegurar o acesso a educação de qualidade para todos

A educação tem um papel crucial na prevenção e quebra do ciclo de pobreza. Por isso é que em tempos de crise é tão importante aumentar os esforços para garantir alta qualidade, educação inclusiva para todas as crianças e jovens, promovendo o desenvolvimento emocional, social e físico das crianças em paralelo com as aquisições académicas.

4. Investir e proteger a saúde mental e bem-estar das crianças

³ Relatório: “How the economic and financial crisis is affecting children and young people in Europe”, Eurochild, Bruxelas, 27.01.2011.

As evidências sugerem que uma exposição precoce a factores de risco, tais como o alcoolismo e a pobreza e desigualdade na juventude (viver em agregados familiares com baixos rendimentos, crescer numa vizinhança desfavorecida) pode aumentar os problemas mentais e conduzir a resultados desfavoráveis em idade adulta. Serviços que envolvem e empoderam crianças e jovens podem ter um impacto importante no reforço da auto-identidade, confiança e aptidões de comunicação.

5. Proteger e aumentar os orçamentos destinados a crianças e famílias

As transferências sociais já provaram ter um impacto importante na redução da pobreza infantil (perto de 60% de redução da pobreza na Suécia e Finlândia e 39% NA União Europeia). Os investimentos feitos na educação universal de elevada qualidade, no apoio à família e promoção da saúde (entre outros serviços), providenciam condições para uma sociedade mais igualitária e poupará despesas no futuro.

6. Reforçar os cuidados com a família e comunidade para Crianças em situação de cuidados alternativos.

As crianças que não podem crescer com os seus pais biológicos encontram-se numa situação de particular vulnerabilidade. Os internatos raramente providenciam o meio ambiente propício para uma criança e muitas vezes resultam em riscos de longo prazo para as crianças ao nível da sua saúde mental e física. É fundamental que os serviços se reforcem para prevenir que as crianças necessitem de cuidados dos serviços públicos. Para além disso é importante reforçar os esforços de desinstitucionalização. Os efeitos da crise devem fazer-se sentir muito depois da economia começar a recuperar. Investir nas Crianças poderá ajudar a mitigar o impacto negativo e longo prazo da crise, com o qual toda a sociedade irá beneficiar.

A Comunicação da Comissão ⁴ sobre a educação e cuidado na primeira infância que foi publicada a 17 de Fevereiro de 2011 apresenta propostas que visam “proporcionar a todas as crianças um melhor começo de vida e lançar as bases para que, no futuro, sejam bem sucedidas em termos de aprendizagem ao longo da vida, inclusão social, desenvolvimento pessoal e empregabilidade”.

As propostas, acrescenta Bruxelas, contribuirão igualmente para a concretização de duas das grandes metas da estratégia “Europa 2020” da Comissão: reduzir o abandono escolar precoce para menos de 10 por cento e tirar pelo menos 20 milhões de pessoas de situações de pobreza e exclusão social.

Em concreto, as propostas da Comissão preconizam, além do acesso universal a ensino pré-escolar de qualidade, com base em financiamentos estáveis e gestão adequada, uma

⁴ Comunicação da Comissão. “Educação e cuidado na primeira infância: providenciar a todas as crianças um melhor começo para o mundo de amanhã”, 17 de Fevereiro de 2011.

“abordagem integrada da educação e do acolhimento”, tendo em conta as necessidades das crianças numa perspectiva global.

O plano de ação contempla também programas curriculares adequados em função da idade, com o equilíbrio certo entre competências escolares e sociais, uma “tónica acrescida” na profissionalização dos efetivos, com qualificações, remunerações e condições de trabalho adequadas, e, por fim, sistemas de garantia e normas de qualidade para acompanhar os progressos.

Estas propostas serão debatidas pelos ministros da educação da União Europeia já em Maio, de modo a que os Estados-membros identifiquem prioridades, e a Comissão incentivará o intercâmbio de ideias e a aprendizagem com as políticas de eficácia comprovada. A Comissão anunciou ainda que irá também dar prioridade a investimentos na área da educação e acolhimento na primeira infância através do Fundo Social Europeu e do Fundo Regional de Desenvolvimento, bem como do apoio do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida e do sétimo programa-quadro de Investigação e Desenvolvimento.

“O investimento em serviços de educação e acolhimento na primeira infância é um dos mais rentáveis que podemos fazer pelos nossos filhos - e pelo futuro da Europa. A aposta num ensino pré-escolar de qualidade produz efeitos muito mais eficazes do que qualquer intervenção em fases posteriores”, sustentou a comissária europeia responsável pela Educação, Androulla Vassiliou.

Atualização _ Março de 2011